

O AVANÇO DO CAPITALISMO NO CAMPO E TRANSFORMAÇÃO DO TERRITÓRIO: Análise a partir do Distrito Nova Vida, em Moju-PA

Josilene Moraes Lima¹
Sávio Levi Moraes Lima²

RESUMO

O presente trabalho busca analisar as perspectivas transformações espaciais no campo a partir do avanço capitalista na zona rural do município de Moju-Pará, em que empresas se implementaram alterando o espaço nas diversas dimensões: territorial, cultural, social e ambiental. O trabalho terá como objeto de estudo a comunidade Distrito Nova Vida. Dentre as empresas que há em Moju, existe a empresa Sococo S/A que se destaca atuando dentro da comunidade, com a monocultura de coco e de um lado a empresa Marborges com a monocultura de dendê. Tais agroindústrias caracterizam-se por serem empresas de produção capitalista, diferenciando assim o meio de produção ali existente que é o modo de produção camponês, gerando assim disputa pelo espaço, haja vista que a terra nesse momento deixa de ser um simples pedaço de terra, para se tornar uma mercadoria e que de um lado a expansão capitalista avança e deixa o campo cada vez mais carregado de capital e por outro lado, o camponês lutando e resistindo pela permanência e sobrevivência pelas poucas terras que lhe restam.

Palavras-Chaves: Capitalismo, Transformação, Resistência.

Introdução

Evidenciamos aqui as formas de organização camponesa e articulação do capital no contexto Agrário a partir da década de 1970 no município de Moju, mais precisamente na localidade rural que é conhecida como Distrito Nova Vida que fica a uma distância aproximadamente de 43 Quilômetros da Sede Municipal. Busca-se mostrar o contraste do avanço do capital, fazendo uma relação com forma de vida do camponês e sua relação com a terra. Evidenciando a influência da agroindústria Sococo S/A no campo, onde pode-se observar a grandeza dos impactos proporcionando alterações pelas mesmas na dinâmica ambiental, social e cultural, ocasionando com isso o empoderamento por parte do capital e o enfraquecimento na articulação da classe camponesa.

Para isso, a pesquisa se fundamentou a partir de literaturas decorrentes ao tema abordado e entrevistas com agricultores da comunidade, empregados e assalariados rurais da empresa Sococo S/A e ex-Vereador do Município de Moju José de Souza Rolim.

¹ Graduanda em Geografia na Universidade Federal do Pará – UFPA / Email: josilenelima16@outlook.com

² Graduando em Geografia na Universidade Federal do Pará – UFPA / Email: saviolmlima@gmail.com

O trabalho também levantará os pontos significantes que levou de tal forma a transformação no campo. Formas estas que o capital fez com que houvesse mudanças direta ou indiretamente na autonomia da agricultura camponesa, desarticulando assim de tal maneira a classe camponesa, onde que o agricultor deixa de trabalhar na produção agrícola para ser trabalhador assalariado rural (proletariado) em que a agricultura tradicional enfraquece devido a essa nova forma de trabalho. No entanto, a meio disso tudo nesse período se teve a formação e organização de associações de moradores para tentar impedir o retrocesso que o capital traz para o Campo rural, sendo esta uma das formas de luta e resistência dos camponeses, essa resistência não visa apenas na agricultura camponesa, mas sim a permanência desses sujeitos no seu local de origem, garantindo assim sua identidade e valores enquanto sujeitos do campo.

Portando, é com essas relações e transformações que se mostra o quanto o capitalismo é perverso, o avanço do capital no campo brasileiro denota-se que o diferencial entre os camponeses e o os grandes empresários (proprietários) está no avanço desigual nessa distribuição de “desenvolvimento” onde que se destaca no processo de expansão do agronegócio e na transformação e mudança do território, deixando assim mudanças não só do lugar, mas sim do modo de produção, de vida, ambiental, social e cultural desses sujeitos.

Histórico dos Conflitos e resistência na Amazônia

Os processos de Conflitos na Amazônia acabam ganhando mais proporção a cada dia, levando em consideração que os distintos conflitos não são recorrentes de um cenário Recente. Este processo se desencadeou a partir da chegada dos colonizadores na primeira metade do século XVII, neste caso, no ano de 1616, considerando a “chegada de Francisco Caldeira Castelo Branco no norte do Brasil”, que conseqüentemente tinha como objetivo em expulsar franceses e ingleses que já realizavam frequente comércio com os povos nativos desta região do país, o que já tem as primeiras evidências sobre conflitos e tomadas de resistências devidamente por disputa de território entre os país colonizadores. Mas se tem evidências mais forte destes elementos de conflitos e resistências quando este processo de colonização se afunilou entre os colonizadores portugueses e os nativos existente, como os índios conhecidos como Tupinambás, o que sofreram muitas investidas dos portugueses no processo de aculturação e escravismo para a corte Lusitana.

A partir deste Século, a colonização na Amazônia foi muito intensa, mas sempre com o contexto de personagens fazendo frente a esse processo como resistência, tendo assim coragem de desafiar determinadas e severas ordens dos tais superiores portugueses. Mas saltando para o início do século XIX, a Amazônia vivenciou um dos seus principais movimentos de resistência no âmbito da história do Brasil. Esta revolta popular ficou conhecido como “Cabanagem”³ no “ano de 1835 a 1840, quando sujeitos da província do Grão-Pará”, neste caso Ribeirinhos, Índios, Escravos, Mocambos e etc.... que viviam principalmente em cabanas nas margens dos rios, fizeram uma das maiores frentes da história Brasil, contra o governo Regencial, que era ligada ao antigo governo colonial português. Ao fim da revolta Cabana, vitimou mais de “30 mil mortos, cerca de 40% da população da província” (BEZERRA, 2017) daquela época⁴.

Breve Histórico do Município de Moju⁵

A sede do município de Moju está situada à margem direita do rio do mesmo nome, abaixo da saída do canal de Igarapé-Miri, em terrenos doados por Antônio Dornelles de Sousa à Irmandade do Divino Espírito Santo, em julho de 1754.

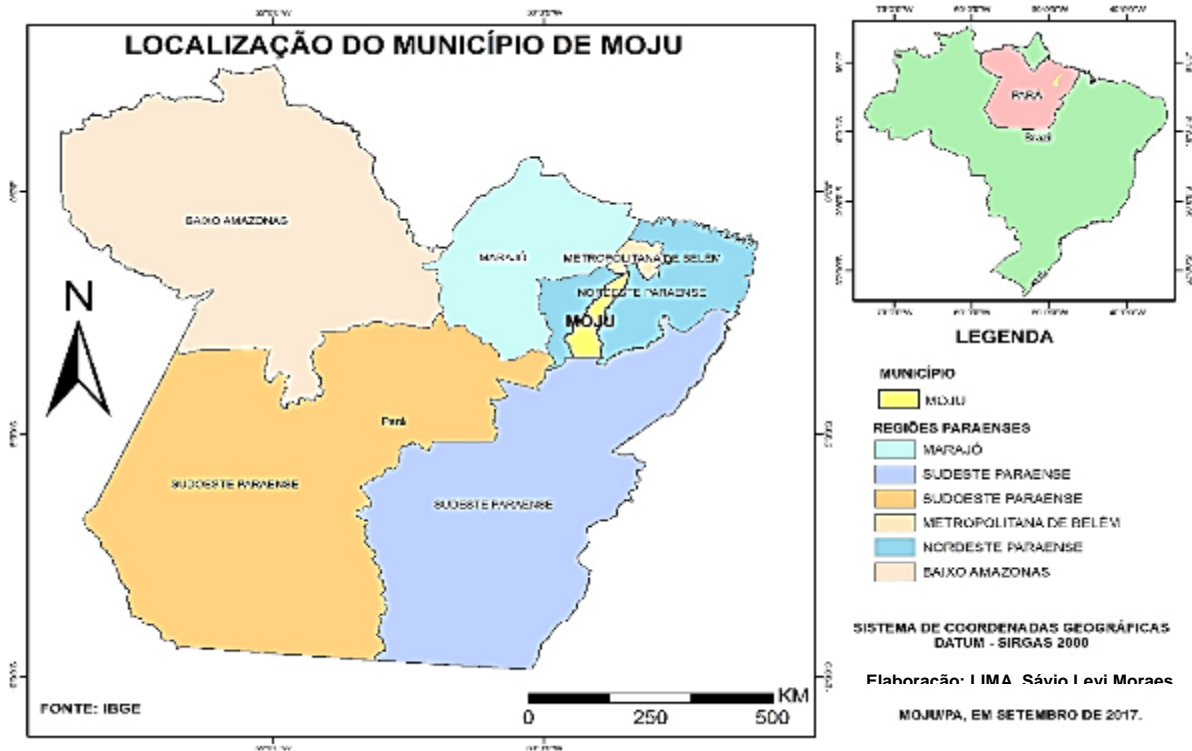
Quando o bispo Dom Frei Miguel de Bulhões, em visita pastoral, hospedou-se no sítio desse cidadão, correspondendo aos desejos do povo, criou a freguesia sob a invocação do orago da Irmandade existente.

Decaiu o núcleo de povoado, após a sua primitiva criação em freguesia, ao ponto de ser completamente abandonado dos poderes públicos, desaparecendo inteiramente a categoria eclesiástica que lhe fora concedida, entrando esquecido para o período da Independência. Em 1839 obteve a atual sede municipal a categoria de freguesia novamente, com toda a jurisdição dos rios Acará e Moju. A Lei n.º 279, de 28 de agosto de 1856, criou o município do Moju, (Mapa 1).

³ Revolta popular ocorrida durante o período regencial na província do Grão-Pará contra o governo central regencial. Sua composição inicial era de população ribeirinha, moradores das cabanas (cabanos) índios, mocambos e escravos. Os objetivos eram, a melhora da qualidade de vida e na independência da província. Segundo o historiador Caio Prado Jr. foi a maior revolta popular brasileira, se não por duração (1835-1840) pela intensidade e composição. Seu desfecho se dá em derrota contra as forças legalistas, não atingindo, portanto, os objetivos (muito pela sucessão de traições na liderança do projeto emancipacionista) e deixando, na mais tímida das hipóteses, 30.000 mortos.

⁴ Informações Disponíveis no Site: <https://www.todamateria.com.br/cabanagem/> - Acessado em: 12/09/2017.

⁵ Informações Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_14.pdf - Acessado em: 23/09/2017.



Fonte: Lima, Sávio Levi Moraes

Histórico da Comunidade Distrito Nova Vida

A Localidade que Hoje é conhecido como Distrito Nova Vida, está localizada no Município de Moju, estado do Pará, aproximadamente 160 Quilômetros da capital Belém. A comunidade surge com a chegada de poucos moradores na região. Isso, é devido à dificuldade de locomoção que só era possível muitas vezes de canoa pelos rios e igarapés, a pé, ou na melhor das hipóteses de bicicleta por um caminho estreito que ligava o povoado para outras localidades, pois naquela época era praticamente tudo composto por mata densa, (Mapa 2).

No povoado as pessoas se organizavam por mutirão (forma de mobilização coletiva dos trabalhadores do campo especificamente de uma determinada comunidade, para ocasião de roçado, colheita etc.), forma de trabalho que era comum antigamente, onde as pessoas se reuniam para trocar dias de trabalhos nos diversos lotes ou parcelas de terras, este muito predominante nesta época. O principal meio econômico do povoado era agricultura, através da produção dos pequenos agricultores que se faziam a farinha de mandioca.



Fonte: Google Earth⁶

A partir da década de 1950 para 1960 com a imigração de alguns japoneses para o município de Moju, e já no início dos anos de 1970 para aquela região, houve a implantação do plantio da pimenta do reino, que o povoado reconhecia como o plantio do Japonês Massarrari. Com a demanda da produção do pimental houve a necessidade das primeiras aberturas de ramais para atender as necessidades no escoamento do produto para outras regiões. Com o tempo depois chega a antiga empresa agroindustrial Reflorestadora da Amazônia S.A – REASA⁷, que chegou com a proposta de explorar, mas com um viés de "preservação e reflorestamento" de áreas já exploradas. Mas o que se viu foi a procura da mesma em obter e concentrar uma boa parte das terras dessa região para o plantio do dendê, com isso, se instalou e se inseriu rapidamente neste espaço ao redor dos camponeses, ocasionando assim conflitos, com isso gerando até morte.

Os primeiros projetos a se fixarem foram os de produção de dendê, localizados na recém-criada Rodovia PA- 150, que passou a ligar o município de Moju ao sul do Pará

⁶ Mapa elaborado a partir do **Google Earth**: Elaborado por **LIMA, Sávio Levi Moraes** – Em: 03/09/2017.

⁷ A Reflorestadora da Amazônia S.A – REASA, através do Fundo de Investimentos Setoriais – Fiset e da Sudam, apresenta proposta para implantação de Projeto com dendezeiros no km 11,5 da Estrada Moju-Acará, que seria adquirido em parte pela Marborges em 1990.

e a produção de coco no entorno da antiga Rodovia PA- 252, que ligava Moju ao município de Acará, além de uma extensa área de criação de gado em várias partes deste município. Já no início dos anos de 1980, na região de Jambuaçu, localizada no baixo e médio Moju, onde grandes conflitos aconteceram, instalou-se a agroindústria Reasa, reflorestadora da Amazônia S/A, que tinha como meta e plano desmatar, plantar e comercializar, mas que logo os planos mudaram e a empresa passou a se dedicar à produção do dendê.

Diante disso:

Houve um grande problema e equívoco da Reasa, já que Jambuaçu era um grande território formado por mais de 15 comunidades remanescentes de quilombolas. Ali a resistência foi clara, real e o combate bélico existiu. A empresa queria plantar dendê, mas a concessão de terra inicial, segundo os donos, não era suficiente para o projeto almejado. (SACRAMENTO, 2015, P. 11-12)

O interesse em obter mais e mais faixas de terras tanto pela Reasa como pela Sococo para os seus ambiciosos projetos, levou com que fosse implodido um dos maiores conflitos que esta região já presenciou. O movimento camponês ficou mais forte quando o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Moju, fundado a poucos anos, decidiu auxiliar os mesmos e assim se juntar e fazer frente aos grandes empreendimentos que estavam se instalando no município de Moju.

A situação ficou mais difícil para a Reasa e outras firmas e empreendimentos que queriam mais terra a qualquer custo no município, quando no início da década de 1980, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais- STR de Moju, fundado em 1973, passou, em 1984, para uma direção comprometida em fazer acompanhamentos nas comunidades que viviam situações como a de Jambuaçu (...). (SACRAMENTO, 2015, P. 12)

Sabe-se que o município de Moju é muito extenso, e que compreendia muitas comunidades atingidas pelos empreendimentos, onde os agricultores/camponeses estavam sendo auxiliadas pelo STR mais que era muito trabalho para a entidade. Logo, no final dos anos 1970 a igreja católica começa a exercer sua fundamental importância juntamente com o STR, em contribuir na missão contra os grandes empreendimentos Agroindustriais.

(...) no final de 1970 havia chegado um padre da Itália com novas ideias, de acompanhar também e incentivá-las a lutar e resistir, ideais pautados na Teologia da Libertação, uma nova metodologia de fazer igreja na Amazônia.

No qual:

À frente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais estava Virgílio Serrão Sacramento e à frente da Igreja estava o Padre Sergio Tonetto. Ambos viajavam o município todo, iam ao encontro das Comunidades Eclesiais de Base, as chamadas e famosas CEBs dos anos de 1980. Onde houvesse um problema relacionado a conflitos pela posse da terra, eles estavam. Nos anos de 1980 foram um marco na luta pela resistência junto

com outros nomes, como Aldenor dos Reis e Silva, Manoel Libório, Edgar Valente, Adalberto do Amaral, Manoel do Amaral, Armando Alves, Aventino Rodrigues, Maria do Livramento, Nazaré Valente e vários outros, a maioria do campo. Juntos fizeram muitos enfrentamentos. (SACRAMENTO, 2015, P. 12)

A presença das empresas continuou gerando sérios conflitos com os pequenos camponeses que ali já viviam a anos tendo relação com a terra naquela região, plantando, cultivando e se reproduzindo socialmente.

No ano de 1984, a Reasa estava com o propósito de se apossar de uma grande quantidade de terras que ia desde a região do Jambuaçu até a fronteira da empresa produtora de coco, Sococo. Neste imbróglio, havia outra terra que estava em litígio com posseiros próximo da empresa de coco e com moradores das comunidades de Ipitinga e Curuperé. O negócio não estava fácil. O STR de Moju procurou fazer várias denúncias desse caso em Belém para as autoridades, como fizeram ao secretário e Segurança Pública, do então governador Jader Barbalho, mas nada, nenhuma providência foi tomada. A situação ficou fora de controle. (SACRAMENTO, 2015, P. 12)

Isso pendurou por muitos anos, ocasionando muitos conflitos e conseqüentemente muitas perdas, de ambos os lados, tendo em vista que as perdas camponesas eram mais sentidas, porém que tem até os dias atuais grandes significâncias para os povos tradicionais que conseguiram se manter nas suas terras.

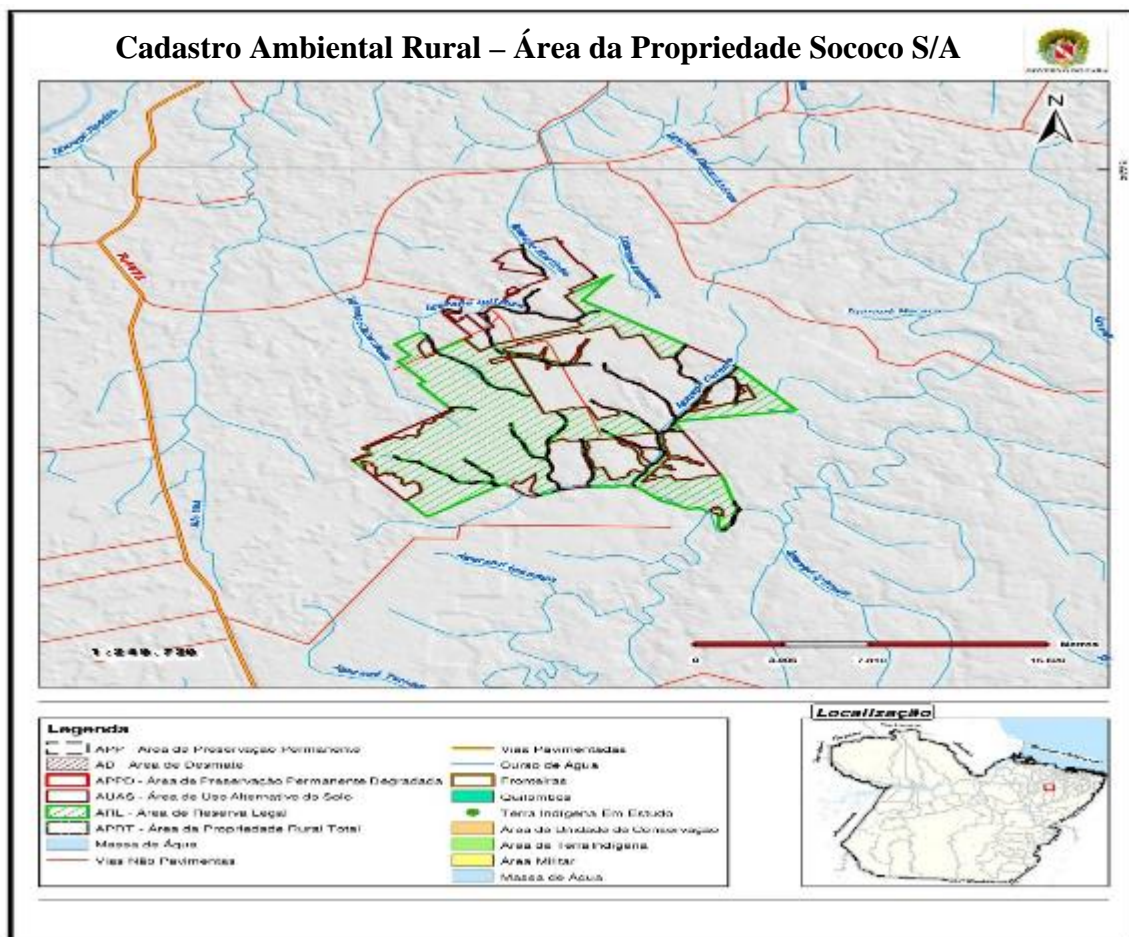
Naquela época, mais precisamente a partir de 1986 os moradores da vila Nova Vida precisaram constituir uma Associação Comunitária que pudesse viabilizar melhorias de vida junto aos sujeitos da comunidade. Com esta associação muitas coisas mudaram, como a construção da primeira escola da vila, construção de igrejas, trabalhos em coletivos e com muitas lutas em 1996 conseguiram através de motor/gerador com que a comunidade se disponibilizasse de energia elétrica, onde os moradores relataram que o gerador era ligado entre as 18:30 e 19:00 horas e era desligado a partir das 21:00 horas da noite. Isso durou até meados dos anos de 1996. “No ano seguinte a Celpa⁸ chega até a comunidade para fazer a instalação das redes de energia elétrica, onde veio beneficiar uma parte da comunidade”, (ROLIM, 2017)⁹, com isso os agricultores vieram a disfrutar deste benefício que a comunidade alcançou.

⁸ Centrais Elétricas do Pará (Celpa) é uma empresa de distribuição e geração de energia, controlada pela Equatorial Energia. Disponível no site: <https://www.conhecimentogeral.inf.br/celpa/> - Acessado em: 23 de setembro de 2017.

⁹ ROLIM, José de Souza. Ex-Vereador do município de Moju e Morador da Comunidade Distrito Nova Vida. Entrevista realizada em 02/09/2017.

Surgimento da Empresa Sococo na Região

No final da década de 1970 a empresa Sococo S/A¹⁰ que já estava “instalada em Maceió capital de alagoas desde o ano de 1966”, estava realizando pesquisa sobre áreas em que a espécie de coco pudesse se adequar ainda mais, gerando assim mais obtenção de lucro pela empresa. Foi então que por volta dos anos 1978/1979 que o Japonês Massarrari tendo pouco lucro com a pimenta do reino na região, resolve vender suas áreas para a Empresa Sococo, onde rapidamente no ano de 1979 implanta a fazenda de coco no município de Moju e logo se expande pela região chegando aos seus 20 mil hectares de coco plantados, se tornando a maior “Coqueicultura da América Latina”. A Fazenda da Sococo em Moju está localizada cerca de 160 km de Belém capital do Estado do Pará, (Mapa 3).



¹⁰ Dados acerca do Grupo Sococo S/A estão disponíveis em: <http://www.sococo.com.br/>.

Cadastramento Ambiental Rural – Expedido em 16 de setembro de 2010¹¹

Com a grande produção de coco nesta região, a Sococo resolve no ano de 1987, construir a “Unidade de Processamento Industrial em Ananindeua”, zona metropolitana de Belém capital do estado do Pará. Já no Ano de 2007, a Sococo faz uma “nova Implantação de um novo Coqueiral no Estado do Pará”, este implantado no município de Santa Isabel, com mais de “2.000 hectares da marca de coco-anão”. Neste mesmo período “foram construídas duas novas unidades industriais em Ananindeua para envase de água”.

Com a chegada da empresa no Moju o pequeno povoado se transformou em Vila Nova Vida, com vinda de muitos trabalhadores de diversas regiões a vila foi crescendo significativamente, e aos poucos foi se desenvolvendo e se transformando com a influência principalmente da empresa Sococo. Com a empresa praticamente dentro da vila, muitas pessoas acabaram deixando seus lotes¹² e suas pequenas produções derivados da agricultura, para se empregar dentro da empresa.

A grande diferença dos projetos agroindustriais que estavam se instalando no município de Moju para os colonos que viviam na região estava no modo de produção, uma vez que as famílias estavam inseridas em um modelo econômico tradicional, baseado na produção para auto sustentação, sendo comercializado o excedente. Essa era uma prática de longa geração na Amazônia, principalmente em regiões isoladas dos centros urbanos mais desenvolvidos. (BRINGEL; SACRAMENTO, 2016, P. 22)

Muitas pessoas ainda ficaram de posse de suas terras, enquanto uma boa parte de pessoas resolveram vender suas terras para outras pessoas e até mesmo para a empresa, ocasionando assim na acumulação de faixas de terras pela empresa. Isso acabou provocando grandes impactos sociais (desarticulação tradicional da vila, influência no hábito de vida), culturais (influência direto no meio de produção tradicional dos pequenos agricultores) e principalmente ambientais (devastação ambiental, inserção de monocultura, poluição dos igarapés, e etc.) na região.

Da agricultura tradicional para o trabalho assalariado rural

Agricultura tradicional é uma atividade de extrema importância para o subsídio e a sobrevivência dos agricultores e da comunidade em geral, em que esses sujeitos boa parte

¹¹ CAR está disponível no site: <http://monitoramento.sema.pa.gov.br/simlam/index.htm> - Acessado: 23/09/2017.

¹² Um lote de terra significava uma demarcação compreendendo 250 metros de frente por 1.000 metros de fundo, contendo dentro desse lote outra medida, que seria de 25 hectares de terra.

usufruem de recursos naturais, ou seja, recursos proporcionados pela natureza ex.: clima, solo, a fauna e flora em abundância que a região Amazônica possui. Com um solo propício para a agricultura tradicional é possível se ter uma boa plantação como o milho, arroz, feijão, mandioca, Pimenta do Reino que é muito comum na região do Distrito Nova Vida e etc. Essa forma de agricultura tradicional era comum e forte até os anos 90, pelos pequenos agricultores principalmente, onde esses agricultores mantinham-se aptos a esse tipo de trabalho e serviço e, com uma preparação manual incrível (Trabalho braçal) em relação à terra, isto é, uma agricultura ainda voltada na base remota desses sujeitos sem a presença e utilização mecanizada e incentivos químicos.

A agricultura camponesa tradicional vem a ser uma das formas sociais de agricultura familiar, uma vez que ela se funda sobre a relação acima indicada entre propriedade, trabalho e família. No entanto, ela tem particularidades que a especificam no interior do conjunto maior da agricultura familiar e que dizem respeito aos objetivos da atividade econômica, às experiências de sociabilidade e à forma de sua inserção na sociedade global. (WANDERLEY, 1996, P. 3)

Sabendo que atualmente a agricultura tradicional vem ocupando pouco espaço no campo em relação ao avanço do capital, é notável a resistência e manutenção deste modo de produção e por uma agricultura de fato do campo, como existe também meio de trabalho tradicional por aqueles camponeses mais antigos como: a utilização e manuseio da terra como roçado, queimada, capina, plantar e colher de acordo com o tempo da natureza sem utilizar dos variados incentivos químicos existente atualmente. Esse modo de produzir é uma prática que vem passando de geração em geração.

Na comunidade Distrito Nova Vida, que na época era um povoado, a forma de trabalho era coletiva (forma esta reconhecida como mutirão pelos agricultores), entre os camponeses, o modo de produção por eles era principalmente para a sua subsistência, “naquele tempo a gente trabalhava só pra a subsistência e se manter juntos com os pais, onde que saíamos para a roça de manhã bem cedo só chegávamos de noite”¹³, levando em conta que era a única forma para os mesmos conseguirem seu pão do dia a dia (ou seja, seus alimentos), logo, esse tipo de trabalho era formado por pequenos grupos de agricultores, onde “o meio de produção era mesmo o roçado no facão, a queimada, plantava e deixava crescer com o tempo da natureza, nunca se usava adubo e nem algum tipo de incentivos químicos, era mesmo um trabalho

¹³ SOUZA, Roberto de Lima. Morador do Distrito Nova Vida. Entrevista realizada em 02/09/2017.

tradicional”¹⁴, que com isso os agricultores trocavam dias de trabalho seja no roçado, no plantio, na colheita e outros tipos de serviços um com os outros.

O mutirão é uma forma de solidariedade própria e da condição camponesa em relação ao trabalho e ao seu modo de vida, pois essa era uma forma de estratégia de escapar da fome e também forma de garantir a reprodução da vida cotidiana dos camponeses. No entanto, essa forma de trabalho coletivo não repercutiu por muito tempo, muitos desses sujeitos deixaram de trabalhar de forma tradicional (mutirão) nos seus lotes para trabalhar nas empresas da região, principalmente na Empresa Sococo S/A que se fez presente a partir do final da década 1970 nesta região, influenciando o modo de vida dos pequenos agricultores. Com isso nota-se que a partir do momento em que o camponês deixa de produzir no seu pequeno pedaço de chão ou em seu lote, possivelmente estará transformando-se em empregado assalariado rural¹⁵ (proletariado¹⁶), onde que o mesmo passa adquirir direta ou indiretamente as formas e as ideologias do capital.

Um dos motivos que levaram os agricultores a deixarem seus lotes para trabalhar na empresa Sococo e empresas vizinhas, foi a falsa oportunidade de buscar “melhores condições de vida”, o que no discurso dos empresários pairava, que a partir da contratação dos mesmos nas empresas eles teriam salários todos os meses, isto é, dinheiro certo para contar no final do mês, diferente da roça onde que dizem que trabalhavam somente para a sobrevivência, isso com muita dificuldade e que trabalhavam muito para garantir pouca coisa na mesa. Consequentemente, o camponês sai de seu lugar nativo e de seus lotes, porque segundo relatos não se dá mais a produção como de antigamente, tendo em vista que a produção possível hoje em dia, não se é o suficiente para a própria sobrevivência, isso porque o modo de vida naquele tempo era bem mais barato ao se comparar com o modo de vida de hoje, onde que tudo está mais difícil e mais caro, pois onde o capitalismo avançou e está bem mais forte do que antes.

É notável que o avanço do capital no campo eleva uma transformação produtiva na agricultura desses sujeitos em relação à indústria que cada vez se mantém mais forte na concentração de terras, uma vez que as pequenas propriedades estão sendo insuficiente para manter-se e garantir uma produtividade entre os agricultores.

¹⁴ SOUZA, Roberto de Lima. Morador do Distrito Nova Vida. Entrevista realizada em 02/09/2017.

¹⁵ Empregado rural é toda a pessoa física que, em propriedade rural ou prédio rústico, presta serviços de natureza não eventual a empregador rural, sob a dependência deste e mediante salário.

¹⁶ São os operários e/ou os trabalhadores manuais que trocam sua força de trabalho por um determinado salário.

Por outro lado, os projetos agroindustriais tinham como meta a produção em larga escala, sempre pensando no excedente. A comercialização da produção das empresas instaladas em Moju era o objetivo dos financiamentos dos governos militares. (BRINGEL; SACRAMENTO, 2016, P. 22)

Portando, nesse enfraquecimento no trabalho coletivo dos camponeses, que o capital se apodera para avançar com o seu produto, empobrecendo assim o camponês cada vez mais, em que o sujeito nesse sentido vai ter duas opções: migrar para as margens das cidades, favelas e outros lugares precárias, ou ficar no campo como trabalhador assalariado rural (precarização do trabalho), muitos com falta de esperança acabam vendendo suas terras para terceiros ou até mesmo para a empresa, logo, esse processo se dá na ampliação do capital no campo, fazendo com que os camponeses sejam de uma certa forma “forçado” a aderir e a se sujeitar com as formas e ideologias do capitalismo.

Empresa × Comunidade

A situação de conflito entre empresas e comunidade, se reproduzem de formas recorrente no campo produtivo, de um lado o capital buscando sempre avançar com o seu empreendimento e do outro a comunidade em busca incessante de frear com esse avanço e lutar pela sua permanência em seu local de origem. Ambas denotam a urgência necessidade de que o campo agrícola é o lugar de reprodução tanto para o capital que busca mais e mais capital lucro, ou seja, busca pelo consumo, valores exorbitantes e etc. Como para o camponês que busca no espaço a reprodução da vida, porém como muitas das vezes essa reprodução não chega ser tão forte aos camponeses. Entretanto, muitos desses conflitos põem em risco a estabilidade social em determinadas áreas do campo.

No município de Moju a guerra entre os latifundiários e os trabalhadores estourou com a abertura da rodovia PA-150 que liga o norte ao sul do estado e que rasgou bem no meio o município de Moju. Repetiu-se o processo de sempre, típico da chamada colonização: arrasadora, cruel, violenta, sob o cativante lema acima citado: ‘terra sem homens para homens sem terra’. Um refrão que custou muito sangue de trabalhador. Firms agro-industriais, investindo na monocultura (...) de coco, assim como inúmeras fazendas de gado, foram ‘grilando’ imensas áreas de mata que logo eram abertas com o suor, a doença, o sofrimento, o trabalho escravo e até mesmo a morte de nordestinos e paraenses. O camponês desbravava com fome de vida e alimento, e o latifúndio

tomava conta com fome de terra, que outra coisa não era senão a fome capitalista do lucro. (SACRAMENTO, 2011)¹⁷

Com a perspectiva do avanço do capital no campo, percebe-se que há uma forte tendência por parte dos capitalistas em negar a persistência e a luta do camponês pela terra, pois é a maneira pela qual o capital garante a sua reprodução ampliada no Campo, isso se dá na apropriação muitas das vezes nas pequenas propriedades e produção camponesa. A partir desse momento é que se dá e/ou envolve toda uma condição básica de sustentação de acumulação de capital. Com base a essa perspectiva se configura que esse avanço do capital é um avanço destrutivo para os camponeses, em que destrói não só com as terras, mas do seu modo de vida, da sua cultura e de toda uma resistência que anos esses sujeitos venham lutando.

Com a chegada da empresa Sococo na região de Moju, especificamente na comunidade Distrito Nova Vida, o primeiro embate que a mesma teve com os primeiros moradores da época, foi com a ampliação do seu monocultivo de coco em relação às propriedades dos agricultores, em que nesse período em torno do início da década de 80, o desmatamento dessa área estava começando a se ampliar, foi aí que os moradores se viram com a necessidade de se reunir e impedir a expansão da mesma, logo sabendo que essa área era uma área comprada do japonês chamado Massarrari que antes de vender para a empresa, ele trabalhava com o plantio de pimenta do reino e a totalidade dessa área era de porte pequeno segundo relatos dos agricultores, depois de ter vendido a terra com todo o pimental dentro, Massarrari saiu da região. Foi com essa dimensão de terra que os agricultores perceberam que a Sococo estava avançando além do que se foi vendido, assim a empresa estava se apropriando de áreas que não pertencia a ela. Com muita persistência e rebeldia dos moradores foram que conseguiram impedir por um determinado tempo que a empresa se expandisse sobre suas terras.

Nesta época as Terras eram em sua maioria devolutas, onde com relatos de alguns moradores dizem que ninguém era dono de terra naquela área, em que todos que chegavam demarcavam seus lotes, sua pequena, média ou grande área e ocupava mesmo e depois se organizavam em sindicatos e legalizavam essas terras em seus nomes. A briga contra a empresa era porque eles já se encontravam residindo e ocupado aquela área.

Desse modo a empresa se viu pressionada com ação e mobilização que na época ainda era forte pelos camponeses foi que ela se manteve somente na sua área em que havia comprado

¹⁷ Informações estão disponíveis em: <http://fundacaovirgilio.blogspot.com.br/2011/04/virgilio-serrao-sacramento.html#comment-form>.

do japonês, esse confronto persistiu até em meados dos anos 90. Outro conflito que teve só que de menos abrangência aconteceu quando a empresa Sococo queria passar com a sua estrada por dentro dos lotes dos agricultores, alegando que com a abertura da estrada facilitaria o acesso e a locomoção dos camponeses para a cidade, pois não precisaria sair dos seus lotes até a vila para pegar o transporte. Esse tipo de proposta feita pela empresa fez muitos desses moradores a pensar que realmente essa estrada beneficiaria a comunidade em geral. Porém com a persistências de outros não aceitaram e no final a possível estrada que poderia ser instalada, não teve sucesso.

Com o plantio de coco, acaba ocasionando e impossibilitando em certas circunstâncias a presença de outras produções agrícolas na região, deixando assim ameaças para a reprodução do território camponês. Compreende-se que existe conflito entre diferentes formas de apropriação do espaço, se materializando em conflito territorial, onde que com o processo de monocultura de coqueicultura deixa assim de produzir outros tipos de produção (de forma variada), isto é, a policultura, onde que diversos produtos são inseridos e produzidos pelos camponeses, diferente da monocultura que é incrementado apenas em um único tipo de produto, única cultura plantada no espaço/campo.

É neste contexto, que se observa e analisa o espaço como categoria importante para se entender o conflito na dimensão territorial da espacialidade/comunidade, em que se nota a delimitação do capital a partir das relações de poder nesses espaços rurais.

As lutas camponesas no Brasil em sua maioria são realizadas e organizada através de sindicatos, entidades, associações e principalmente por movimentos sociais com maior ou menor atuação no campo. É devido a essas organizações que os agricultores/camponeses venham demonstrando a capacidade de resistir contra a dominação e a imposição das relações de poder do capital sobre o campo. Entretanto, o território e as forças locais se erguem como possibilidade de construção da autonomia camponesa.

Na comunidade Distrito Nova Vida, hoje se percebe que a vivência encontrada nessa região tem levado em algumas estratégias de resistência dos agricultores em driblar contra as ações e o confronto que o capital impõe a partir do uso do território. Neste caso, é bom ressaltar que o “termo resistência territorial” não se remete apenas na defesa território, mas sim aos mecanismos de sobrevivência de um modo de vida de grupo social.

Resistência camponesa frente a expansão do capital

O processo de resistência camponesa diante as transformações que vem ocorrendo no campo, se dá no direcionamento de contrapor o aceleramento ao modo de produção capitalista. A luta pela terra é o fator principal para garantir a sua permanência no campo agrário, o que é visível notar que o camponês por mais que sofram ameaças do capital (empresas), eles de uma certa forma ou de outra irão se organizar seja de menor ou maior escala em grupos de moradores para garantir a sua permanência no território. Com a entrada do agronegócio no campo é perceptível de uma certa forma essas transformações/alterações no modo de vida desses sujeitos, porém é um equívoco em dizer que o modo de vida ou até mesmo a classe camponesa pode se extinguir ou ser vencida pelo modo de produção capitalista. Uma vez que o capital pode até tentar intervir na relação do homem com a terra, mas jamais terá forças suficiente para acabar com uma classe camponesa que há décadas venham se organizando para permanecer e se ter esperança sempre viva de querer lutar por seus direitos, lutas estas que é repassado de geração em geração.

Da mesma forma que o capitalismo busca renovar sempre o seu modo de produção, os camponeses também vêm buscando novas formas e estratégias para barrar a expansão do agronegócio e que o mesmo os dominem. O agricultor é um sujeito que constituem uma base familiar primordial em relação à saberes da terra, isto é, que há todo um envolvimento e um aprendizado repassado de pai para filho, é, um saber empírico (tradicional) que jamais e qualquer outro sujeito vá saber lidar e manusear a terra sem o conhecimento e experiência vivida.

É nesse sentido que quando se fala de classe camponesa, onde que todos esses saberes não constituem apenas na relação homem com a terra e, sim a todo um conjunto que envolve esse sujeito como por exemplo: a luta por uma identidade própria, por reconhecimento, respeito e por direitos que todo e qualquer cidadão precisa ter para viver dignamente em uma sociedade. Logo, é por esses e outros direitos que esses sujeitos lutam arduamente todos os dias.

É com base a essas lutas e persistência que se foi notado na comunidade Distrito Nova Vida, as formas de estratégias para tentar driblar as ações da empresa Sococo na região. Hoje, muitos dos agricultores dessa região vem trabalhando no campo na forma de produção individualizada, ou seja, formas está que esses agricultores não trabalham mais como antigamente (mutirão). Com a chegada da empresa, fez com que eles perdessem essa forma de trabalho tradicional. Aqueles que não trabalham como mão assalariada rural, trabalham nos

seus lotes com novo método de produção que os mesmos conhecem como “projeto”, que são plantados e cultivados entre outros produtos, o que mais se notou na região é a produção de pimenta do reino, açaí, cacau, maracujá e o plantio da mandioca de onde se deriva a produção de farinha, onde que ainda é predominante na região, mas sabendo que essa produção de farinha em sua maioria é mais para a subsistência. Os outros produtos estão voltados mais para a comercialização, tanto dentro como para fora da comunidade.

Considerações finais

O avanço do capitalismo no campo se sustenta na condição de expropriação em razão a intensificação/fragmentação em relação ao crescimento do poder e do controle da terra pela Agroindústria em detrimento da agricultura camponesa, levando-as a subordinação do modo de produção agrícola, transformando muitas das vezes esse sujeito em mãos assalariados rurais, lógica essa que o capital subordina os agricultores como forma de sustentabilidade e garantia de sobrevivência. Decorre assim, a transformação do trabalho camponês como mercadoria ou até mesmo valor de troca, descaracterizando a forma de trabalho familiar e com toda uma relação com a terra.

Por outro lado, essa descaracterização não está somente na forma de trabalho, mas sim ambiental, econômica, social e principalmente cultural. Partindo do pressuposto que essa forma de transformação, compreende que a resistência camponesa surge a partir do momento em que se sentem ameaçados ao meio de tanto avanço do capital no campo agrário, esta é uma forma também de entender que esse processo segue de uma certa forma a trajetória de luta constante que a cada dia esses sujeitos precisam formular novas estratégias para garantir e seguir sempre viva a vontade de querer buscar a permanência e a conquista da terra em que habitam.

Diante desse contexto essa transformação muda de forma perversa as paisagens, os sujeitos, atividades da produção, dessa forma apropria novas e velhas maneiras de avançar e dominar o território em busca incessante da reprodução multiplicada do capital. Portanto, é importante ressaltar que este trabalho está em andamento, está sujeito as novas investigações e aprofundar-se posteriormente sobre o tema proposto na comunidade Distrito Nova Vida, onde que esses sujeitos necessitam de orientação e conscientização política voltada não apenas para a uma identificação e sim o reconhecimento de seus valores enquanto sujeitos do campo.

Referências Bibliográficas

BEZERRA, Juliana. **Cabanagem**. 2017. Disponível em: <<https://www.todamateria.com.br/cabanagem/>>. Acesso em: 08 set. 2017.

Moju (PA). In: ENCICLOPÉDIA dos municípios brasileiros. Rio de Janeiro: IBGE, 1957. v. 14. p. 416-419. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_14.pdf>. Acesso em: Set. 2017.

SACRAMENTO, Elias Diniz. Processos de resistência na Amazônia nos tempos da Ditadura Civil-Militar: **entre a memória e a história**. *Revista Moara*, Cametá, v. 44, p. 11-12, dez. 2015.

SACRAMENTO, Elias Diniz. Processos de resistência na Amazônia nos tempos da Ditadura Civil-Militar: **entre a memória e a história**. *Revista Moara*, Cametá, v. 44, p. 12, dez. 2015.

SOCOCO S/A (Brasil). **Nossa História**. Disponível em: < <http://www.sococo.com.br/nossa-historia/> >. Acesso em: 07 set. 2017.

BRINGEL, Fabiano de Oliveira; SACRAMENTO, Elias Diniz. História e Memória de um Município da Amazônia: **a chegada do “Desenvolvimento” em Moju/PA (Década de 1980)**. *Revista Observatório*, Palmas, v. 2, n. 1, p. 22, maio 2016.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. In: XX Encontro Anual da ANPOCS, GT 17. Processos Sociais Agrários. Caxambu/MG. Outubro. 1996. p. 3.

SACRAMENTO, Elias Diniz. **Virgílio Serrão Sacramento**. 2011. Disponível em: <<http://fundacaovirgilio.blogspot.com.br/2011/04/virgilio-serrao-sacramento.html#comment-form>>. Acesso em: 09 set. 2017.